



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Adm 2025/2028



DECRETO Nº 5730, DE 10 DE MARÇO DE 2025

REGULAMENTA O CONCEITO DE SEDIADO REGIONALMENTE NO ÂMBITO DAS LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com suporte no inciso VI, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 49, inc. II da Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar Municipal nº 060/2011.

CONSIDERANDO a decisão do TCE/MG, na sessão plenária de 03/07/2013, entendeu que “o Estatuto das Microempresas não trouxe um conceito preciso para a expressão ‘regionalmente’. Por esse motivo, entendo que o próprio gestor deverá delimitar e justificar, nos autos de cada procedimento licitatório, o sentido e o alcance da citada expressão”. Afirmou ainda que o alcance e o conceito da expressão “regionalmente” irão variar de acordo com as peculiaridades de cada licitação. Apontou que, para tanto, “deverão ser levadas em conta as especificidades do objeto licitado, o princípio da razoabilidade e os três objetivos do tratamento diferenciado, quais sejam”: a) a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional; b) a ampliação da eficiência das políticas públicas; c) o incentivo à inovação tecnológica.

CONSIDERANDO ainda que o TCE/MG apresentou orientação da Consultoria Jurídica da União no Estado de Minas Gerais no sentido de que: “o significado da expressão ‘regional’ deve ser buscado na situação concreta, podendo englobar os Municípios próximos ao Município em que se encontra o órgão assessorado, independentemente de fazer parte do



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Adm 2025/2028



mesmo Estado. A delimitação da região deverá constar no edital e os motivos ensejadores da referida definição deverão estar expressos nos autos”. Orientação Normativa CJU/MG nº 60/10.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas da União ao deixar claro que “o próprio conceito de ‘âmbito regional’ constante da LC nº 123/2006 e do Decreto nº 6.204/2007 não está expressamente limitado a cada estado da Federação, podendo referir-se, por exemplo, a empresas de uma região geográfica que abranja mais de um estado”. (Acórdão nº 2957.49/11, Plenário, Rel. Min. André de Carvalho, j. em 09/11/11).

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros mínimos para que a Administração Pública Municipal possa regulamentar o conceito em cada processo licitatório específico,

2

DECRETA:

Art. 1º. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, nos termos do disposto neste Decreto, com objetivo de:

- I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III - incentivar a inovação tecnológica.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta.

Art. 2º. Para o estabelecimento de parâmetros básicos para a elaboração de editais de procedimentos licitatórios do Município de UNIÃO DE MINAS, considera-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Adm 2025/2028



- I - âmbito local - limites geográficos do Município de UNIÃO DE MINAS;
- II - âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região, num raio mínimo de 100 (cem) km do Município de UNIÃO DE MINAS ou conforme estabelecido pelo IBGE;
- e
- III - microempresas e empresas de pequeno porte - os beneficiados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do caput do art. 13.

§ 1º. Admite-se a adoção de outro critério de definição de âmbito local e regional, justificadamente, em edital, desde que atenda aos objetivos previstos no art. 1º.

§ 2º. A adoção do critério regional deverá ser justificada no edital do procedimento licitatório, de acordo com a situação concreta, observando ainda:

- I - As especificidades do objeto licitado;
- II - O princípio da razoabilidade;
- III - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- IV - a ampliação da eficiência das políticas públicas;
- V - incentivo à inovação tecnológica.

Art. 2º. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município de UNIÃO DE MINAS deverá, sempre que possível:

I - instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os eventuais cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, conforme conceito produzido no artigo anterior, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações;

II - padronizar e divulgar as especificações dos bens, serviços e obras contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG

Adm 2025/2028



III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente;

IV - considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados; e

V - disponibilizar informações no sítio eletrônico oficial do órgão do Município sobre regras para participação nas licitações e cadastramento e prazos, regras e condições usuais de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se especialmente o Decreto 5619/2024.

Prefeitura Municipal de União de Minas/MG., 10 de março de 2025.

4

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.


GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito